



PLANO DE AÇÃO

# PROGRAMA FEDERAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

EDIÇÃO 1  
2025

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Luiz Inácio Lula da Silva

**VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Geraldo Alckmin

**COMITÊ GESTOR DO PFAA**

CASA CIVIL

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

MINISTÉRIO DAS MULHERES

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP

**COORDENAÇÃO DO COMITÊ GESTOR**

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

**PLANO DE AÇÃO**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Temos buscado, junto ao Presidente Lula, contribuir para a construção de uma pauta estratégica que torne o país mais justo e inclusivo. No Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) temos a responsabilidade de deixar um legado voltado à ampliação do acesso e à promoção da diversidade no país, em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal em seu artigo 3º. Temos atuado com o propósito de erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Nosso esforço, no MPO, tem sido o de dotar a Assessoria de Participação Social e Diversidade (Aspad) de canais reais e efetivos para a construção coletiva de agendas de impacto e de transformação. Foi ativo o papel da Aspad nos eventos de escuta social realizados no âmbito do Plano Plurianual Participativo (PPA), em 2023, das Rotas de Integração Sul Americana (2023-2025) e da Estratégia Brasil 2050, neste ano.

Desde o início, a Aspad esteve associada à Secretaria de Articulação Institucional (SEAI) para, juntas, potencializar as ações. Juntas, SEAI e Aspad reuniram agentes da sociedade civil, como a Central Única de Favelas (Cufa) e o Data Favela, na realização da iniciativa “Favela no Mapa”, que proporcionou a incorporação, pelo IBGE, de milhões de dados censitários no Censo Demográfico 2022, colhido no

início de 2023. Essa parceria entre SEAI e Aspad também fez surgir o Cine Bloco K – a ressignificação do auditório Celso Furtado como cinema, com exibição gratuita de filmes de temática social e curadoria de nosso chefe da Aspad, Anderson Quack. Assim, também, foi criado o Letramento – reuniões abertas em que diferentes temas sociais foram trazidos à baila para conhecimento, conexão e ampliação de conhecimentos.

Nosso trabalho no MPO também envolveu a Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional, a integração das agendas transversais nas avaliações de políticas públicas conduzidas pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), o projeto SIOP Acessível — voltado à ampliação da acessibilidade digital — e o painel de monitoramento de cargos e funções de confiança, entre outras iniciativas que reafirmam nosso compromisso com a inclusão e a diversidade.

Também promovemos reflexões importantes acerca da equidade de gênero, tanto dentro quanto fora da estrutura física do MPO. Buscamos valorizar e reconhecer o trabalho de mulheres em espaços historicamente negados a elas, reafirmando o compromisso com a promoção da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, conforme estabelece a Lei nº 14.611, que o presidente Lula sancionou em julho de 2023.

A presença plural e diversa em ambientes de trabalho é essencial para fortalecer uma cultura organizacional mais inclusiva e representativa. É preciso abrir caminhos e promover mudanças significativas em um cenário historicamente marcado pela homogeneidade e por desigualdades estruturais.

O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) é fruto de uma articulação com o Ministério da Igualdade Racial, que instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado por aquele Ministério e composto por 16 órgãos do governo federal. Esse esforço coletivo resultou na publicação do Decreto nº 11785, de 20 de novembro de 2023, que estabeleceu as diretrizes para a instituição do Programa — um marco importante na consolidação das políticas públicas voltadas à promoção da equidade e da diversidade no âmbito federal.

A consolidação do programa no âmbito do MPO é resultado de um forte propósito de promover ações efetivas de inclusão. Iniciaremos a execução do nosso plano de trabalho, que se constitui como norteador das iniciativas que, ao longo do tempo, podem e devem ser aprimoradas para a consolidação das mudanças necessárias. Temos em mente que superar o processo histórico exige a união de esforços, e estamos comprometidos em acelerar essa transformação e reparar injustiças historicamente perpetuadas.

### ***Simone Tebet***

Ministra do Planejamento e Orçamento  
(MPO)

## MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

Com muita satisfação que o Ministério da Igualdade Racial (MIR), presta deferência e reconhece o esforço dispensado pelo Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO), juntamente com apoio do Comitê Gestor do PFAA, coordenado pelo MIR, na consolidação do seu Plano de Ação do Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), aqui apresentado.

O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) instituído pelo Decreto nº 11.442, de 21 de março de 2023, com o objetivo de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas à população negra, comunidades quilombolas, povos indígenas, às pessoas com deficiência e às mulheres no âmbito da administração pública federal. Coordenado pelo Comitê, composto por oito órgãos: sete Ministérios mais a Escola Nacional de Administração Pública- ENAP.

Este Comitê Gestor tem se dedicado a propor novas políticas públicas de ações afirmativas e/ou realizar ajustes às políticas existentes com vistas ao seu fortalecimento e aperfeiçoamento, no âmbito da administração pública federal direta.

Destaca-se as ações do PFAA na promoção da igualdade de oportunidades por meio de ações afirmativas; equidade nas políticas públicas de forma transversal, interseccional e intersetorial com ações afirmativas; inclusão por meio de políticas de reparação, valorização e acessibilidade;

nas estratégias de conscientização e enfrentamento às desigualdades de raça, etnia, deficiência e gênero; na valorização das contribuições de pessoas negras, quilombolas, com deficiência, indígenas e mulheres na formação da sociedade brasileira.

As ações afirmativas constantes neste Plano de Ação, validadas em diálogo entre o Ministério do Planejamento e Orçamento com o Comitê Gestor do PFAA, são um exemplo do comprometimento do órgão com a promoção de políticas públicas inclusivas e de promoção da diversidade no governo federal.

Enfatiza-se, portanto, o caráter transversal e interseccional do PFAA, considerando as singularidades e vulnerabilidades dos grupos destacados, reforçando o compromisso do Governo Federal, do MIR e, destacadamente do MPO na apresentação deste Plano de Ação na promoção de uma sociedade mais justa e equânime.

**Anielle Franco**

Ministra da Igualdade Racial

**Rachel Barros de Oliveira**

Secretária Executiva



# **PROGRAMA FEDERAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS**

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO**

# Cooperação Técnica RG-T4721 "Geração de Evidências e Fortalecimento de Capacidades para a Inclusão de Povos Indígenas e Afrodescendentes"

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras
- Indígenas
- Quilombolas

## DESCRÍÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Trata-se de uma Cooperação Técnica firmada entre o Banco Inetr Americano de Desenvolvimento (BID) e a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) para ampliar o conhecimento sobre as condições socioeconômicas, os desafios estruturais e as dinâmicas de exclusão que enfrentam as populações indígenas (PI) e afrodescendentes (AD) na região, mediante a geração de evidência, a difusão de pesquisas, e o fortalecimento de capacidades institucionais.

## OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Gerar produtos de conhecimento sobre as barreiras que enfrentam as PI e AD na região e sistematizar políticas que promovam sua inclusão;
- Fortalecer as capacidades das contrapartes governamentais e equipes BID no desenho e implementação de políticas e projetos para a inclusão de PI e AD;
- Disseminar conhecimento e boas práticas através de eventos de intercâmbios de pesquisa e experiências entre países, e o desenvolvimento de materiais de difusão.

## MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Estudos e sínteses de evidências

## METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- Elaboração de 2 (dois) estudos regionais com temas prioritários a definir;
- Realização de 5 (cinco) estudos: saúde no Panamá, Guatemala e Colômbia, educação no Uruguai, e mercado de trabalho no Brasil;
- Desenvolvimento de pelo menos 2 (dois) materiais de aprendizagem práticos para transversalizar a atenção a povos originários e população afrodescendente;
- Organização de pelo menos 8 (oito) rodadas de conhecimento internas destinadas às equipes técnicas do BID, com o fim de aprofundar o entendimento sobre as dinâmicas de exclusão que enfrentam essas populações e melhorar a qualidade técnica das operações;
- Realização de pelo menos 2 (dois) workshops regionais para facilitar o diálogo entre atores chave de distintos países, focados em políticas e programas dirigidos a povos originários e população afrodescendente;
- Realização de pelo menos 2 (dois) eventos para o intercâmbio de evidências e iniciativas sobre inclusão étnico-racial na região.

## INDICADORES DE METAS

- INDICADOR 1: Número de estudos regionais realizados;
- INDICADOR 2a: Número de estudos sobre saúde no Panamá realizados;
- INDICADOR 2b: Número de estudos sobre saúde na Guatemala realizados;
- INDICADOR 2c: Número de estudos sobre saúde na Colômbia realizados;
- INDICADOR 2d: Número de estudos sobre educação no Uruguai realizados;
- INDICADOR 2e: Número de estudos sobre mercado de trabalho no Brasil realizados;
- INDICADOR 3: Número de materiais de aprendizagem desenvolvidos;
- INDICADOR 4: Número de encontros/reuniões destinadas à equipe do BID realizados;
- INDICADOR 5: Número de eventos / workshops para facilitar o diálogo entre atores chaves de diferentes países;
- INDICADOR 6: Número de eventos / seminários para intercâmbio de evidências e iniciativas;

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos - SMA.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

# Integração das agendas transversais nas avaliações de políticas públicas conduzidas pelo CMAP – Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras
- Indígenas
- Quilombolas
- Mulheres

## DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

A proposta busca assegurar que as avaliações de políticas públicas conduzidas pelo CMAP sejam sensíveis às dimensões de gênero, de raça, de etnia e de pessoas com deficiência. Para isso, prevê a incorporação sistemática dessas agendas transversais nas etapas do processo avaliativo, de modo a ampliar a qualidade e relevância social dos resultados produzidos. A iniciativa inclui: desenvolvimento e aprimoramento de instrumentos e metodologias que garantam a consideração dessas perspectivas nos diagnósticos, análises e recomendações; capacitação contínua dos avaliadores (as) e gestores (as) para a condução de análises inclusivas e interseccionais; valorização da diversidade no corpo de avaliadores e estímulo à participação de profissionais de grupos sub-representados; sistematização e divulgação de evidências que revelem desigualdades e orientem políticas públicas mais equitativas.

## OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Integrar de forma sistemática as dimensões de gênero, raça, etnia e

pessoas com deficiência às avaliações produzidas pelo CMAP;

- Capacitar gestores (as) e avaliadores (as) para a aplicação de metodologias inclusivas e interseccionais;
- Ampliar a diversidade no corpo de avaliadores (as), promovendo maior representatividade de grupos sub-representados;
- Produzir e divulgar evidências que orientem políticas públicas mais equitativas.

## MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

- Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática;
- Estabelecimento de metas destinadas a ampliar a participação e a inclusão dos referidos grupos.

## METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

Estabelecer as bases metodológicas, institucionais e informacionais para a integração sistemática das dimensões de gênero, raça, etnia e pessoas com deficiência nas avaliações conduzidas pelo CMAP.

- 50% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de gênero e raça presentes em 12 meses;

- 50% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de gênero e raça presentes em 12 meses;
- Diagnóstico de diversidade do corpo avaliador concluído em 6 meses;
- Banco de avaliadores implementado em 8 meses;
- Conteúdo de módulo de capacitação (condução de análises inclusivas e interseccionais) desenvolvido e validado em 12 meses;
- Análise de estoque das avaliações já concluídas pelo CMAP, com foco na diversidade, realizada em 10 meses;
- Relatório Anual de Avaliação com seção sobre diversidade institucionalizado em 12 meses.

Ampliar a aplicação das agendas transversais nas avaliações executivas e iniciar a formação prática dos avaliadores e gestores.

- 65% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de gênero e raça presentes em 24 meses;
- 50% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de etnia e pessoas com deficiência presentes em 24 meses;
- Primeira turma de capacitação ofertada (análises inclusivas e interseccionais), com pelos menos 50 participantes em 24 meses;
- Aumentar em 10% a representatividade de avaliadores(as) negros(as), mulheres, indígenas ou pessoas com deficiência em até 18 meses;

Consolidar a integração das agendas transversais em todas as avaliações executivas e fortalecer a diversidade no corpo de avaliadores.

- 100% das avaliações produzidas, no período, com recortes interseccionais de gênero, raça, etnia e pessoas com deficiência presentes em 36 meses;
- 40% do corpo de avaliadores(as) e 30% dos gestores;
- Aumentar em 20% a representatividade de avaliadores(as) negros(as), mulheres, indígenas e pessoas com deficiência em até 36 meses;

Institucionalizar a prática de avaliações sensíveis às agendas transversais no CMAP, com mecanismos permanentes de formação, monitoramento e divulgação de evidências.

- Capacitação permanente institucionalizada e disponível em formato EAD.

## INDICADORES DAS METAS

- Percentual de avaliações executivas concluídas no período que apresentam recortes interseccionais;
- Existência de relatório diagnóstico publicado com dados de raça, gênero, etnia e deficiência;
- Banco de avaliadores(as) implementado e disponível para consulta;
- Módulo de capacitação sobre metodologias inclusivas finalizado e validado pela instância responsável (SMA/Enap) Relatório de análise de estoque das avaliações concluídas;
- Publicação do Relatório Anual de Avaliação contendo seção dedicada à diversidade;
- Percentual de avaliações executivas concluídas no período com recortes interseccionais;
- N° de participantes certificados na primeira turma de capacitação;

- Percentual de avaliadores(as) de grupos sub-representados no corpo avaliador;
- Percentual de avaliações executivas concluídas no período com recortes interseccionais;
- Percentual de avaliadores(as) e gestores(as) que concluíram capacitação em metodologias inclusivas;
- Percentual de avaliadores(as) de grupos sub-representados no corpo avaliador;
- Curso EAD de capacitação inclusiva disponível na plataforma oficial (ex.: Enap).

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Subsecretaria de Gestão, Formulação e Uso de Avaliação de Políticas Públicas/ Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos - SAPP/SMA.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

# Programa de Capacitação em Financiamento Externo para Gestoras do Brasil

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Lideranças e gestoras públicas subnacionais que atuem em áreas estratégicas de planejamento, captação de recursos e gestão de projetos.

## DESCRÍÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

A capacitação em financiamento externo tem foco abrangente, passando pelas fases de elaboração, aprovação e execução dos projetos, a partir de exposições técnicas sobre os aspectos legais e procedimentais para estruturação das operações e da apresentação de casos para referência e discussão. Também se apresentam os programas, as políticas e os projetos concretos em execução no país, para compartilhamento de boas práticas e de oportunidades para novos projetos que busquem atender demandas prioritárias dos estados e municípios.

Primeira edição em 2024: governadoras, vice-governadoras, prefeitas, vice-prefeitas e secretárias de estado.

Segunda edição em 2025: Gestoras que ocupam cargos nas áreas de planejamento, fazenda, administração e casa civil de entes subnacionais, sendo os municípios com mais de 80.000 habitantes ou 50.000 para municípios de fronteira, liderados por mulheres.

## OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

Capacitar as gestoras públicas a conhecerem as possibilidades de financiamento externo e aplicá-las de forma estratégica, desenvolvendo políticas públicas que promovam a diversidade, a inclusão e a igualdade de gênero.

## MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Fortalecimento das capacidades governamentais para maior inclusão dos referidos grupos na gestão de políticas públicas, com foco em equidade.

## METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- capacitação presencial oferecida a cada 12 meses;
- oferecer uma mentoria em elaboração de pleitos para gestoras a cada 24 meses;
- Ofertar um curso virtual na plataforma da ENAP no prazo de 25 meses.

## INDICADORES DAS METAS

- Número de cursos ofertados por ano - Quantifica o total de cursos de capacitação presenciais oferecidos no período de um ano sobre financiamento externo para gestoras públicas subnacionais.

- Número de gestoras públicas capacitadas - Conta o total de gestoras públicas (prefeitas, secretárias, diretoras, coordenadoras, técnicas) que concluíram com sucesso os cursos de capacitação em financiamento externo no período monitorado.
- Número de gestoras capacitadas que apresentaram pleito de financiamento externo à Comissão de Financiamento Externo (Coflex) - Conta quantas gestoras públicas que participaram do programa de capacitação efetivamente submeteram pleitos de financiamento externo à Coflex dentro do período de monitoramento.
- Número de pleitos aprovados pela Comissão de Financiamento Externo (Coflex) que foram apresentados por gestoras capacitadas - Conta quantos pleitos submetidos à Coflex por gestoras capacitadas foram aprovados para financiamento externo.
- Número de turmas da capacitação oferecidas por ano - Quantifica o total de turmas do curso virtual de capacitação em financiamento externo oferecidas em cada ano pela ENAP.
- Número de gestoras capacitadas por ano na modalidade online - Conta quantas gestoras públicas concluíram com sucesso a capacitação virtual em financiamento externo oferecida pela ENAP em cada ano.

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAID.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

## Aliança para Gênero e Empoderamento Feminino no Financiamento Internacional

### PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Mulheres

### Descrição da Ação Affirmativa

Aliança do Ministério do Planejamento e Orçamento com instituições como Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW Bankengruppe), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), para ampliar a presença de mulheres nos projetos financiados com recursos externos e incorporar a equidade de gênero às estratégias de financiamento internacional, por meio de compromissos dentro dos seguintes eixos de objetivos: Promoção da Igualdade de Gênero em Projetos de Desenvolvimento; Fortalecimento da Cooperação para Inclusão de Gênero; Capacitação e Empoderamento; Transparéncia e Acompanhamento; e Mobilização de outros Atores.

### Objetivos da Ação Affirmativa

Geral: Promover o empoderamento feminino e a igualdade de gênero em projetos de financiamento externo, como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável, pleno, justo e equitativo.

Específicos: i) priorizar o empoderamento feminino e a igualdade de gênero como elementos centrais nos projetos de

financiamento com recursos externos; ii) formalizar e expandir as iniciativas de cooperação existentes com foco na promoção do empoderamento feminino e da igualdade de gênero; iii) apoiar programas de treinamento e capacitação que fortaleçam o papel das mulheres em processos econômicos e financeiros; iii) promover a transparéncia na implementação das políticas descritas nos itens i), ii) e iii), proporcionando o acompanhamento contínuo dos objetivos assumidos; e mobilizar, sempre que possível, outros atores relevantes, incluindo governos subnacionais, setor privado e sociedade civil, para aderirem à agenda de empoderamento feminino e igualdade de gênero em projetos de desenvolvimento.

### Modalidade de Ação Affirmativa

Fortalecimento das capacidades governamentais para maior inclusão dos referidos grupos na gestão de políticas públicas, com foco em equidade.

### Metas para os primeiros 36 meses

- Realizar encontros anuais dos membros da aliança para estabelecer novas adesões e compartilhar aprendizados.
- Meta: 1 encontro por ano.
- Elaborar guia prático (com padrões e boas práticas) para incorporar indicadores e componentes de gênero em projetos de financiamento externo.
- Meta: 1 guia técnico elaborado e publicado no âmbito da Aliança.

- Criar rede colaborativa interinstitucional para projetos sensíveis a gênero.
- Meta: Implantar uma rede colaborativa com governos subnacionais, instituições multilaterais e sociedade civil.

## INDICADORES DAS METAS

- Número de encontros da Aliança realizados por ano - Mede a quantidade de encontros (presenciais ou virtuais) organizados no âmbito da Aliança entre o Ministério e as instituições multilaterais para tratar do tema do empoderamento feminino e igualdade de gênero em projetos de financiamento externo.
- Número de materiais produzidos e publicados sobre como incorporar indicadores e componentes de gênero em projetos de financiamento externo - Quantifica os materiais técnicos (guias, manuais, cartilhas, relatórios, notas técnicas ou estudos de caso) desenvolvidos e divulgados pela Aliança para apoiar a integração de indicadores e componentes de gênero em projetos de financiamento externo.
- Número de instituições integrantes da rede colaborativa ativa - Mede a quantidade de instituições que participam ativamente da rede colaborativa criada no âmbito da Aliança (ex.: governos subnacionais, multilaterais, órgãos federais, entidades da sociedade civil).

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento – SEAID.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

# Agenda Transversal da Igualdade Racial

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Pessoas Negras e Quilombolas

## Descrição da Ação Affirmativa

No Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, o estímulo ao olhar transversal sobre as políticas públicas vem desde o início das oficinas realizadas para a sua elaboração. Participaram delas tanto autoridades e técnicos do Ministério da Igualdade Racial, quanto convidados de outros órgãos. As oficinas auxiliaram na formulação de reflexões mais amplas sobre públicos e temas, assim como sobre as possibilidades de atendimento e acompanhamento das transversalidades por meio do plano.

Os resultados da identificação e debate sobre as transversalidades na formulação dos programas do PPA conformaram as agendas transversais, cuja definição elucida seu propósito: "conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva". São cinco as agendas transversais definidas para o PPA 2024-2027: 1) Crianças e adolescentes; 2) Mulheres; 3) Igualdade racial; 4) Povos indígenas; e 5) Ambiental.

Quanto à de igualdade racial, há atributos em 46 dos 88 programas finalísticos, com 117 objetivos específicos, 239 entregas e 155

medidas institucionais e normativas, sob a responsabilidade de 22 ministérios que assumiram compromissos relacionados com a agenda de igualdade racial.

O relatório da Agenda Transversal Igualdade Racial, publicado em 2024 pela Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento – SEPLAN/MPO, sistematiza os compromissos do Governo Federal, para os próximos quatro anos, no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial em seis dimensões: 1) Garantia de direitos e cidadania plena; 2) Educação e formação para inclusão e empregabilidade; 3) Proteção e promoção da cultura, história, memória e saberes ancestrais; 4) Direito à terra e à produção; 5) Políticas para quilombolas; 6) Capacidade institucional, articulação e participação. O relatório está disponível em:

[https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/copy\\_of\\_arquivos/relatorios-planejamento-nacional/agenda-transversal-igualdade-racial-pt.pdf](https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/copy_of_arquivos/relatorios-planejamento-nacional/agenda-transversal-igualdade-racial-pt.pdf)

ou em:

[https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/copy\\_of\\_arquivos/lei-do-ppa-2024-2027/agendas-tranversais\\_atributos-legais-e-infralegais.pdf](https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/copy_of_arquivos/lei-do-ppa-2024-2027/agendas-tranversais_atributos-legais-e-infralegais.pdf)

Por sua vez, o relatório publicado pela SEPLAN/MPO em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPO no ano de 2025 com os resultados do monitoramento do PPA para o ano de 2024 (Relatório Agenda Transversal Igualdade Racial ano-base 2024) está disponível em:

[https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/paginas/2025\\_05\\_08\\_1805\\_igualdade-racial.pdf](https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/paginas/2025_05_08_1805_igualdade-racial.pdf).

## OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

Promover a inclusão de pessoas negras e quilombolas por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade.

Valorizar a contribuição histórica de pessoas negras e quilombolas na formação da sociedade brasileira.

## MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Política de acessibilidade comunicacional

## METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial (2026, ano-base 2025).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial (2027, ano-base 2026).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial (2028, ano-base 2027).

## INDICADORES DAS METAS

- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial de 2026 (ano-base 2025) publicado.
- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial de 2027 (ano-base 2026) publicado.
- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal Igualdade Racial de 2028 (ano-base 2027) publicado.

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Nacional de Planejamento – SEPLAN e Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

# Agenda Transversal dos Povos Indígenas

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Indígenas

## Descrição da Ação Afirmativa

No Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, o estímulo ao olhar transversal sobre políticas públicas vem desde o início das oficinas realizadas para a sua elaboração. Participaram delas tanto autoridades e técnicos do Ministério dos Povos Indígenas, quanto convidados de outros órgãos. As oficinas auxiliaram na formulação de reflexões mais amplas sobre públicos e temas, assim como sobre as possibilidades de atendimento e acompanhamento das transversalidades por meio do plano. Os resultados da identificação e debate sobre as transversalidades na formulação dos programas do PPA conformaram as agendas transversais, cuja definição elucida seu propósito: "conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva". São cinco as agendas transversais definidas para o PPA 2024-2027: 1) Crianças e adolescentes; 2) Mulheres; 3) Igualdade racial; 4) Povos Indígenas; 5) Ambiental.

Quanto à de igualdade racial, há atributos em 46 dos 88 programas finalísticos, com 117 objetivos específicos, 239 entregas e 155 medidas institucionais e normativas, sob a responsabilidade de 22 ministérios que

assumiram compromissos relacionados com a agenda de igualdade racial.

## Objetivos da Ação Afirmativa

Promover a inclusão de indígenas por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade.

Valorizar a contribuição histórica de indígenas na formação da sociedade brasileira.

## Modalidade de Ação Afirmativa

Política de acessibilidade comunicacional.

## Metas para os primeiros 36 meses

- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas (2026, ano-base 2025).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas (2027, ano-base 2026).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas (2028, ano-base 2027).

## INDICADORES DAS METAS

- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas de 2026 (ano-base 2025) publicado.
- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas de 2027 (ano-base 2026) publicado.
- Relatório de monitoramento da Agenda Transversal dos Povos Indígenas de 2028 (ano-base 2027) publicado.

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Nacional de Planejamento – SEPLAN e Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

# Agenda Transversal das Mulheres

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Mulheres.

## Descrição da Ação Affirmativa

No Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, o estímulo ao olhar transversal sobre políticas públicas vem desde o início das oficinas realizadas para a sua elaboração. Participaram delas tanto autoridades e técnicos do Ministério das Mulheres, quanto convidados de outros órgãos. As oficinas auxiliaram na formulação de reflexões mais amplas sobre públicos e temas, assim como sobre as possibilidades de atendimento e acompanhamento das transversalidades por meio do plano. Os resultados da identificação e debate sobre as transversalidades na formulação dos programas do PPA conformaram as agendas transversais, cuja definição elucida seu propósito: "conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva". São cinco as agendas transversais definidas para o PPA 2024-2027:

- 1) Crianças e adolescentes;
- 2) Mulheres;
- 3) Igualdade racial;
- 4) Povos Indígenas;
- 5) Ambiental.

## Objetivos da Ação Affirmativa

Promover a inclusão de mulheres por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade.

Valorizar a contribuição histórica de mulheres na formação da sociedade brasileira.

## Modalidade de Ação Affirmativa

Política de acessibilidade comunicacional

## Metas para os primeiros 36 meses

- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres (2026, ano-base 2025).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres (2027, ano-base 2026).
- Publicação de 1 (um) relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres (2028, ano-base 2027).

## Indicadores das metas

Relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres de 2026 (ano-base 2025) publicado.

Relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres de 2027 (ano-base 2026) publicado.

Relatório de monitoramento da Agenda Transversal das Mulheres de 2028 (ano-base 2027) publicado.

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Secretaria Nacional de Planejamento – SEPLAN e Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

# SIOP Acessível: Evolução da Acessibilidade Digital

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Pessoas com deficiência

## DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Iniciativa para realizar um diagnóstico completo e implementar melhorias contínuas de acessibilidade na plataforma do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e do Painel do Orçamento. O objetivo é adequar o sistema às diretrizes do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) e das Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG), garantindo que não haja barreiras de acesso e uso para pessoas com deficiência.

## OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Garantir que pessoas com deficiência possam utilizar o SIOP e o Painel do Orçamento de forma autônoma e eficiente;
- Diagnosticar e corrigir barreiras de acessibilidade existentes nos módulos do sistema;
- Capacitar a equipe de desenvolvimento em práticas de design e desenvolvimento acessível;
- Incorporar a acessibilidade como requisito mandatório no ciclo de vida de desenvolvimento de software do SIOP e do Painel do Orçamento.

## MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática.

## METAS PARA OS PRIMEIROS 36 MESES

- Realizar diagnóstico de acessibilidade nos principais módulos do SIOP e Painel do Orçamento, gerando um relatório de conformidade com a eMAG/WCAG (até 8 meses).
- Implementar correções de alta prioridade e baixo esforço ("quick wins"), como ajustes de contraste, alternativas em texto para imagens e melhorias básicas na navegação por teclado (até 12 meses).
- Elaborar o plano de capacitação para a equipe de desenvolvimento sobre práticas de desenvolvimento acessível (até 9 meses).
- Corrigir 50% das barreiras de acessibilidade mais relevantes identificadas no diagnóstico (ex: formulários, estrutura semântica, mensagens de erro) (até 24 meses).
- Realizar o primeiro ciclo de capacitação técnica para 100% da equipe de desenvolvimento (até 18 meses).
- Iniciar a prototipação e desenvolvimento de alternativas acessíveis para componentes complexos (relatórios dinâmicos, painéis de BI) (até 24 meses).

- Corrigir 90% das barreiras de acessibilidade complexas remanescentes, garantindo a conformidade dos módulos priorizados (até 36 meses).
- Integrar testes automatizados de acessibilidade no processo de integração contínua (CI/CD) (até 30 meses)
- Publicar a Declaração de Acessibilidade do SIOP e Painel do Orçamento (até 36 meses).

## INDICADORES DAS METAS

- Relatório de diagnóstico de acessibilidade concluído e aprovado;
- Percentual de correções de alta prioridade e baixo esforço implementadas;
- Plano de capacitação elaborado (Sim/Não);
- Percentual de correções relevantes implementadas;
- Número de colaboradores da equipe técnica que concluíram a capacitação;
- Protótipos de componentes complexos acessíveis desenvolvidos e validados;
- Percentual de conformidade de acessibilidade dos módulos priorizados;
- Ferramentas de verificação de acessibilidade integradas ao pipeline de desenvolvimento (Sim/Não);
- Declaração de Acessibilidade publicada no site (Sim/Não).

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação-Geral de Tecnologia de Sistemas/SETEC/SOF

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução

# Curadoria Cultural e calendário da diversidade

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras;
- Indígenas;
- Quilombolas;
- Pessoas com Deficiência;
- Mulheres;

## DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Lista de filmes, livros, eventos etc. relacionados às pautas de diversidade e participação a ser divulgada periodicamente entre todos os colaboradores do MPO, juntamente com o Calendário da Diversidade. O calendário será elaborado com foco em destacar datas relevantes sobre temas de participação social e diversidade.

## OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Fortalecer uma cultura organizacional mais diversa, respeitosa e segura;
- Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas;
- Promover a diversidade e a inclusão como valores centrais;
- Criar espaços seguros de escuta e reflexão;
- Incorporar a diversidade ao cotidiano do MPO.

## MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática

## METAS PARA O ANO DE 2026

- Produzir 6 (seis) artefatos do Calendário da Diversidade;
- Realizar 6 (seis) Curadorias Culturais.

## INDICADORES DAS METAS

- Aumento em 25% da percepção de inclusão na pesquisa de clima
- Ampliação em 30% na participação interáreas

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Assessoria de Participação Social e Diversidade

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução

## Seminário sobre Participação Social e Diversidade

### PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras;
- Indígenas;
- Quilombolas;
- Pessoas com Deficiência;
- Mulheres;

### DESCRÍÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Promoção de seminário sobre ações de participação social e diversidade.

O Seminário sobre Participação Social e Diversidade tem como propósito promover o diálogo entre o Ministério do Planejamento e Orçamento e a sociedade civil, com foco na valorização da diversidade e na ampliação da participação de grupos historicamente sub-representados nos processos de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O evento buscará fomentar o intercâmbio de experiências, fortalecer redes de participação e construir recomendações para a incorporação de perspectivas de equidade racial, de gênero, territorial e de acessibilidade nas ações do Estado. A atividade incluirá mesas temáticas, oficinas participativas e espaços de escuta ativa, garantindo acessibilidade física, comunicacional e linguística, de modo a assegurar a inclusão plena de todos os públicos beneficiários.

### OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Promover o diálogo intersetorial e intercultural entre o poder público e representantes de grupos sociais diversos, visando fortalecer a democracia participativa e a equidade nas políticas públicas;
- Ampliar a visibilidade e o protagonismo de pessoas negras, indígenas, quilombolas, mulheres e pessoas com deficiência nos espaços de participação;
- Sensibilizar servidores e gestores públicos para a importância da diversidade e da inclusão como princípios orientadores da gestão pública e do planejamento governamental;
- Identificar desafios e propostas concretas para o aprimoramento dos mecanismos de participação social, considerando recortes de raça, gênero, território e deficiência;
- Consolidar um plano de recomendações e encaminhamentos produzidos no seminário, com vistas à incorporação das pautas de diversidade e inclusão nas ações e programas do Ministério do Planejamento e Orçamento.

### MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática

## METAS PARA O ANO DE 2026

Realizar 1 (um) Seminário sobre Participação Social e Diversidade no Ministério do Planejamento e Orçamento.

## INDICADORES DAS METAS

Relatório de execução do seminário, contendo lista de participantes, registros do evento e relatório técnico com recomendações e encaminhamentos.

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Assessoria de Participação Social e Diversidade.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em planejamento e formulação.

# Organização de cartilhas para os servidores do MPO sobre temas relacionados à participação social e diversidade

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras;
- Indígenas;
- Quilombolas;
- Pessoas com Deficiência;
- Mulheres;
- LGBTQIAPN+;
- Criança e Adolescente etc.

## DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

Elaboração de cartilhas para os servidores do MPO sobre temas relacionados à participação social e diversidade.

A ação consiste na elaboração, produção e divulgação de cartilhas informativas e educativas voltadas para os servidores e servidoras do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), com o objetivo de promover a sensibilização, o aprendizado e a incorporação dos princípios de diversidade, equidade, inclusão e participação social na gestão pública.

As cartilhas abordarão temas como:

- equidade racial e de gênero;
- direitos das populações indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência;
- enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à LGBTQIAPN+fobia e a outras formas de discriminação;
- participação social e controle social das políticas públicas;
- comunicação inclusiva e acessível.

O material será desenvolvido com linguagem clara e acessível, priorizando formatos digitais e impressos acessíveis (com recursos de audiodescrição, leitura fácil e tradução em Libras), e poderá ser utilizado em ações formativas internas, oficinas e capacitações. A iniciativa visa consolidar uma cultura institucional de respeito à diversidade e de valorização da participação social como diretriz transversal nas atividades do MPO.

## OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Sensibilizar e capacitar os servidores do MPO sobre a importância da diversidade, da equidade e da participação social nas políticas e práticas institucionais.
- Disponibilizar materiais educativos de referência que orientem o comportamento institucional e apoiem o planejamento e a execução de políticas públicas inclusivas.
- Fortalecer a cultura organizacional do MPO com base nos princípios de respeito, inclusão e promoção dos direitos humanos.
- Contribuir para o combate a todas as formas de discriminação no ambiente de trabalho, promovendo atitudes e práticas mais éticas e acolhedoras.
- Ampliar o alcance e a compreensão dos servidores sobre as pautas de diversidade e participação social, estimulando o engajamento institucional em ações afirmativas e participativas.

## MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática.

### METAS PARA O ANO DE 2026

Elaborar 1 (uma) cartilha temática sobre participação social e diversidade até dezembro de 2026.

### INDICADORES DAS METAS

Cartilha elaborada e publicada.

### UNIDADE RESPONSÁVEL

Assessoria de Participação Social e Diversidade.

### FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em planejamento e formulação.

# Cine Bloco K

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Mulheres;
- Pessoas com Deficiência;
- Indígenas;
- Quilombolas;
- Pessoas negras;
- LGBTQIAPN+,
- Criança e adolescentes etc.

## DESCRIÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA

O "Cine Bloco K" é uma ação com periodicidade mensal realizada pelas Assessorias de Participação Social e Diversidade do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), com o apoio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), com a exibição de filmes de longa, média e curta metragens e documentários a respeito das temáticas que valorizam a cultura popular, história, memória e a produção audiovisual brasileira e que dialogam com os desafios das políticas públicas do país.

## OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

- Fortalecer uma cultura organizacional mais diversa, respeitosa e segura;
- Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas;
- Promover a diversidade e a inclusão como valores centrais;

- Criar espaços seguros de escuta e reflexão
- Incorporar a diversidade ao cotidiano do MPO

## MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional ou programática

## METAS PARA O ANO DE 2026

Realizar 6 (seis) sessões do Cine Bloco K

## INDICADOR DA META

Sessões realizadas e relatórios de execução do evento, registros fotográficos e audiovisuais.

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Assessoria de Participação Social e Diversidade.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

# Criação de BI (Business Intelligence) para monitoramento do percentual de ocupação de cargos comissionados

## PÚBLICO BENEFICIÁRIO

- Pessoas negras

## DESCRIÇÃO DA AÇÃO

### AFIRMATIVA

Elaboração de um BI para monitoramento da ocupação dos cargos em comissão para atendimento do Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023.

## OBJETIVOS DA AÇÃO AFIRMATIVA

Monitorar o cumprimento do percentual definido no referido Decreto.

## MODALIDADE DE AÇÃO AFIRMATIVA

Políticas de cotas ou reservas de vagas

## METAS PARA ATÉ 12 (DOZE) MESES

Preenchimento de trinta por cento dos cargos em comissão para os níveis 1 a 12 e 13 a 17, por pessoas negras até a data de 31 de dezembro de 2026.

## INDICADOR DA META

30% de ocupação dos cargos em comissão por pessoas pretas e pardas.

## UNIDADE RESPONSÁVEL

Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica – SAGE.

## FASE DA AÇÃO AFIRMATIVA

Em execução.

